



**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Direito**

**Anna Beatriz Orsano Aguiar**

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:  
ASPECTOS DO CONSENSUALISMO PRESENTE NO ATUAL CENÁRIO  
PROCESSUAL BRASILEIRO**

**Brasília**  
**2018**

**Anna Beatriz Orsano Aguiar**

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:  
ASPECTOS DO CONSENSUALISMO PRESENTE NO ATUAL CENÁRIO  
PROCESSUAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em Direito  
pela Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Doutor André Gomma de  
Azevedo.

**Brasília**

**2018**

**Anna Beatriz Orsano Aguiar**

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:  
ASPECTOS DO CONSENSUALISMO PRESENTE NO ATUAL CENÁRIO  
PROCESSUAL BRASILEIRO**

Apresentação em 04 de julho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor André Gomma de Azevedo (Orientador – UnB)

---

Professora Doutora Suzana Borges Viegas de Lima (UnB)

---

Professor Mestre Marcus Flávio Horta Caldeira (UnB)

*A Deus, que diariamente me presenteia com uma nova oportunidade. Aos meus pais, que sempre me inspiram. À minha irmã, que nunca me abandona. Ao meu namorado, que sempre me apoia. À minha Dona Flor, que sempre compartilha esperança. Aos meus amigos, que me alegram. À vida, que proporciona momentos de amor e carinho.*

## **RESUMO**

As mudanças ocorridas na sociedade indubitavelmente demandam um processo de adaptação do ordenamento jurídico à realidade social. O legislador no Código de Processo Civil de 2015 revelou-se capaz de adaptar a legislação às necessidades atuais da sociedade, de forma a compatibilizar as inovações da codificação processual com as mudanças sociais. Diante da presença marcante do princípio da cooperação no atual cenário jurídico, este trabalho analisa as inovações da nova carta processual, tendo em vista a valorização pela aplicação de métodos compositivos e cooperativos no trâmite processual. Ainda, explora a possibilidade dos negócios processuais, e dedica-se a analisar as situações em que se vislumbra possível a realização das convenções processuais com a participação das partes e do órgão jurisdicional.

Palavras-chave: Negócio Jurídico Processual, Código de Processo Civil de 2015; Princípio da Cooperação, Consensualismo.

## ***ABSTRACT***

The changes that take place in society undoubtedly demand a process of adaptation of the legal order to social reality. The legislator in the Civil Procedure Code of 2015 proved capable of adapting the legislation to the current needs of society, so as to reconcile the innovations of procedural codification with social changes. Based on the principle of cooperation in the current legal scenario, this paper analyzes the innovations of the new procedural letter, with a view to enhancing the application of compositional and cooperative methods in the procedural process. It also explores the possibility of negotiation in procedural matters and examines situations in which it is possible to carry out the procedural agreements with the participation of the parties and the court.

Keywords: Civil Procedure Code of 2015; Procedural Agreements; Principle of Cooperation; Consensualism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. TEORIA DOS FATOS JURÍDICOS.....</b>	<b>10</b>
1.1 Atos-fatos jurídicos, atos ilícitos, ato jurídico <i>stricto sensu</i> e negócios jurídicos.....	11
1.2 Fatos jurídicos processuais, atos-fatos jurídicos processuais e atos jurídicos processuais .....	13
<b>2. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E O ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>18</b>
2.1 A institucionalização do negócio jurídico processual no CPC de 2015. Negócios processuais típicos e atípicos.....	19
2.2 Validade do Negócio Jurídico Processual .....	22
<b>3. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL, O PAPEL-DEVER DO JUIZ E O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
3.1 Poder-dever do juiz e o princípio da cooperação .....	29
3.2 Negócios jurídicos plurilaterais .....	31
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

A busca do legislador pela modernização do procedimento, por meio da necessária adequação do processo às necessidades jurisdicionais, está evidenciada no Código de Processo Civil de 2015. Inegável a percepção de evolução da sociedade, a qual reflete na crescente demanda de entrega da prestação jurisdicional de maneira mais eficiente.

A nova codificação processual apresenta uma estruturação pautada na estimulação da solução consensual do litígio, uma vez que a utilização destes métodos, tais como a mediação e conciliação, mostra-se capaz de alcançar resultados com maior eficiência, onde os interesses dos agentes são satisfeitos com celeridade e economia processual.

Esse estímulo à composição consensual está contido logo no início do Código de Processo Civil, mais especificadamente nos §§2º e 3º do art. 3º, *in verbis*:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Ainda, encontra-se no texto codificado, diretrizes para a realização de audiência de conciliação ou mediação a ser cumprida antes mesmo da parte contrária apresentar sua defesa, além da dedicação de uma seção inteira da carta processual às orientações para a efetivação da solução consensual por meio da mediação e a conciliação.

Avançado nesse ideal de solução consensual do conflito, os negócios jurídicos processuais surgem como mecanismo capaz de facilitar a entrega da prestação jurisdicional de maneira mais eficiente, possibilitando a participação dos sujeitos na ordenação dos tramites processuais, com o objetivo de melhor adequar o processo à realidade da causa, além da atuação do magistrado para além do julgador, passando a apresentar posicionamento mais cooperativista dentro do processo.

Importante destacar que efetivo não se confunde com eficiente. Conforme afirma Didier (2013, p. 438)

Efetivo é o processo que realiza o direito afirmado e reconhecido judicialmente. Eficiente é o processo que atingiu esse resultado de modo satisfatório, nos termos acima. Um processo pode ser efetivo sem ter sido eficiente – atingiu-se o fim “realização do direito” de modo insatisfatório (com muitos resultados negativos colaterais e/ou excessiva demora, por exemplo). Mas jamais poderá ser considerado



eficiente sem ter sido efetivo: a não realização de um direito reconhecido judicialmente é quanto basta para a demonstração da ineficiência do processo.

Assim, diante do “boom” de demanda pela eficiência encontrado na sociedade atual, não podia se esperar posicionamento distinto da nova legislação a não ser a solução dos litígios de maneira mais eficiente, atentando-se à economia processual, tempo razoável e assegurando aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, garantias estas protegidas pela Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>.

Nesse contexto de busca pela entrega da tutela jurisdicional com eficiência, ganha destaque a cláusula geral de negociação processual, uma vez que possibilita a realização pelas partes de negócios jurídicos processuais, os quais consistem na adequação do processo judicial, para atingir as necessidades dos jurisdicionados.

Por mais que os negócios jurídicos processuais tenham ganhado maior enfoque com advento do atual Código de Processo Civil, discussões que versem sobre a possibilidade de as partes atuarem com maior autonomia dentro do trâmite processual, com o intuito de satisfazer com melhor eficiência seus interesses, não são novidade no cenário processual brasileiro. Basta uma rápida comparação da atual carta processual com sua antecessora, a de 1973, para perceber que as inovações do Código de Processo Civil de 2015 representam um processo de adaptação da realidade normativa às necessidades sociais.

Fato é que a nova codificação apresenta inúmeras novidades que visam alcançar maior eficiência para o processo enquanto instrumento efetivador de direitos, conferindo maior autonomia aos litigantes para dispor sobre o procedimento de forma que melhor adeque seus interesses, atentando-se, contudo, aos limites legais. Esse poderio concedido aos sujeitos processuais, encontra-se em total conformidade com o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo, à autonomia de vontades das partes, à individualização do processo, à cláusula geral de negociação processual (art. 190, do atual Código de Processo Civil), além do devido respeito aos preceitos normativos do contraditório e da ampla defesa.

Frente à relevância do tema no atual cenário processual, cuidará o presente trabalho de elucidar, em um primeiro momento, os conceitos que baseiam a teoria dos fatos jurídicos, na qual estão inseridos os negócios jurídicos processuais. Assim, após esclarecimentos acerca da conceituação de negócios jurídicos processuais, por meio da teoria dos fatos jurídicos, analisar-

---

<sup>1</sup> Art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

se-á os elementos necessários à efetivação das convenções processuais, além de suas limitações legais, forma de aplicação e efeitos gerados no plano fático. Ainda, busca-se traçar considerações sobre a atuação do magistrado diante dessa nova sistemática de cooperação entre partes e juízo, com vista ao alcance da eficiência na entrega da tutela jurisdicional.

## 1. TEORIA DOS FATOS JURÍDICOS

Para melhor compreensão do instituto do negócio jurídico processual, revela-se indispensável alcançar o que se entende como teoria dos fatos jurídicos. Nesse sentido, a partir das concepções preconizadas por Marcos Bernardes de Mello (1988), tem-se que os fatos jurídicos revelam-se como resultados da incidência de norma jurídica a determinada ação, podendo essa ser decorrente de feito humano ou da natureza.

Assim, todo acontecimento, seja humano ou natural, que tenha relevância jurídica, com capacidade para produzirem efeitos legais, é entendido como fato jurídico.

Segundo os ensinamentos de Pontes de Miranda (1999), os fatos suscetíveis de ocorrência no plano fático encontram-se previstos na regra jurídica, sendo que tais fatos formam o que se conhece como “suporte fático”. Assim, quando determinada situação prevista na norma ocorre no ordenamento fático, ou seja, na realidade, entende-se que houve incidência, passando, assim, o fato a ser considerado jurídico. Em outras palavras, no momento em que uma ocorrência prevista ordenamento jurídico se concretiza, passa a apresentar relevância para o mundo jurídico, por meio da incidência da norma, se torna fato jurídico.

No tocante ao mundo jurídico, entende-se que este apresenta três planos, o da existência, o da validade e o da eficácia. No primeiro plano, todos as ações no momento em que tornam fato jurídico, o penetram, ou seja, passam a existir no momento em que há a incidência da norma. Já no plano da validade, de acordo com o previsto no art. 104 do Código Civil, requer-se que o fato jurídico seja realizado por agente capaz, sobre objeto lícito, possível, determinado ou determinável, além de respeitar forma prescrita ou não defesa em lei. Assim, caso um dos requisitos não seja satisfeito, ou haja vício na vontade do agente, o fato jurídico será nulo ou anulável.

Por fim, o plano da eficácia é caracterizado pela capacidade de produção de efeitos no mundo concreto, assim, somente serão eficazes os fatos jurídicos que consigam produzir efeitos. Nesse contexto que surge a condição (evento futuro e incerto), o termo (evento futuro e certo) e encargo (ônus incumbido a alguém), os quais consistem em elementos acidentais que podem limitar a eficácia do fato.

Assim, segundo a teoria da escada ponteana, um fato jurídico pode existir, ser válido, mas não produzir efeitos, como por exemplo, um contrato celebrado, que atenda todos os requisitos de validade, mas que apresente cláusula de condição suspensiva, assim, estando incapaz, por ora, de produzir efeitos jurídicos.

### 1.1 Atos-fatos jurídicos, atos ilícitos, ato jurídico *stricto sensu* e negócios jurídicos

Todos os eventos, decorrentes de ato humano ou ação da natureza, caso apresentem aptidão para produção de efeitos no ordenamento jurídico, serão considerados como fato jurídico. Assim, a morte de uma determinada pessoa, a celebração de um casamento ou a queda de uma árvore, que venha a causar dano a outrem, configurarão fato jurídico.

No entanto, a ação fruto de realização humana difere-se, para o direito, daquela proveniente de acontecimentos da natureza.

Ao introduzir-se no mundo jurídico, a depender da existência ou não de intervenção humana, a ação pode ser classificada como fato jurídico *stricto sensu* (independe de intervenção humana) ou ato jurídico *lato sensu* (dependente de intervenção humana), sendo que estes ainda são subclassificados como ato-fato, ato ilícito, ato jurídico *stricto sensu* ou negócio jurídico.

Entende-se por fato jurídico *stricto sensu* os eventos da natureza que ocorrem sem interferência de ação humana, mas que são capazes de produzir efeitos na esfera jurídica, criando, alterando ou até mesmo extinguindo direitos e deveres, assim, tornando-se relevantes para o direito. Para Tartuce (2014) o fato jurídico *stricto sensu* será ordinário caso sua realização seja comum ou previsível, no entanto, será extraordinário se sua ocorrência for imprevisível (caso fortuito) ou inevitável (força maior).

Quanto à classificação supracitada de caso fortuito e força maior, não há harmonia de entendimento na doutrina, já que alguns autores consideram que a conceituação das espécies de fato jurídico em sentido estrito ordinário é similar e global, não havendo diferença entre os institutos.

Os atos-fatos são conceituados por Pontes de Miranda (1974, p. 373) como “atos humanos a cujo suporte fático se dá entrada, como fato jurídico, no mundo jurídico, sem se atender, portanto, à vontade dos agentes”. Os atos-fatos decorrem de ato humano para existir, no entanto, a vontade do agente torna-se irrelevante a incidência da norma jurídica, como no caso de compras do dia-a-dia realizada por menor incapaz.

Os atos jurídicos *stricto sensu*, por sua vez, consistem em fato jurídico decorrente de manifestação de vontade cujos efeitos encontram-se previstos em lei, impossibilitando, assim, que as partes os modifiquem por disposição de vontade, visto que o ato jurídico sentido estrito “não é exercício de autonomia privada, logo o interesse objetivado não pode ser regulado pelo particular e a sua satisfação se concretiza no modo determinado pela lei”(DINIZ, 2012, p. 473).

De outro modo, os negócios jurídicos diferenciam-se dos atos jurídicos *stricto sensu* pelo fato de seus efeitos serem passíveis de pactuação, visto que sua essência, qual seja a manifestação de vontade, encontra-se destacada pela autonomia privada, o que possibilita que as partes disponham de cláusulas negociais, desde que estejam pertinentes ao ordenamento jurídico.

Segundo o professor Marcos Bernardes de Mello (1988. p. 167):

Diferentemente do ato jurídico *stricto sensu*, no negócio jurídico a vontade é manifestada para compor o suporte fático de certa categoria jurídica, à sua escolha, visando à obtenção de efeitos jurídicos que tanto podem ser predeterminados pelo sistema, como deixados livremente a cada um. Assim é que, por exemplo, nos contratos — que são a mais importante espécie de negócio jurídico — em geral os figurantes podem ter a liberdade de estruturar o conteúdo de eficácia da relação jurídica resultante, aumentando ou diminuindo-lhe a intensidade, criando condições e termos, pactuando estipulações diversas que dão, ao negócio, o sentido próprio que pretendem.

Ainda, Bernardes de Mello (1988) entende por ato jurídico *lato sensu* os fatos jurídicos que apresentam como essência a manifestação de vontade do agente com intuito de se alcançar resultado juridicamente protegido ou não contrário ao ordenamento. Assim os atos ilícitos não se caracterizariam como ato jurídico em sentido amplo, visto que são explicitamente contrários ao ordenamento. Para o presente estudo consideraremos os atos ilícitos como espécie de ato jurídico *lato sensu* em desarmonia com o ordenamento jurídico.

A depender da relevância que a vontade humana apresenta em cada instituto, ele deverá alcançar tanto o plano da existência quanto o da validade, como no caso dos atos jurídicos *stricto sensu* e os negócios jurídicos. Nestes o elemento volitivo representa essência do instituto, acarretando na possibilidade de serem nulos ou anuláveis em decorrência de vício na vontade. O mesmo não poderia acontecer no âmbito dos fatos jurídicos *lato sensu* e dos atos-fatos, visto que a vontade é irrelevante para a composição da espécie.

## 1.2 Fatos jurídicos processuais, atos-fatos jurídicos processuais e atos jurídicos processuais

Ao se reconhecer a existência de uma teoria geral do direito, capaz de fornecer fundamentos jurídicos aplicáveis ao direito como um todo, a incorporação deste entendimento ao direito processual revela-se inescusável, conforme entende Didier (2005). Assim, a classificação dos fatos jurídicos há pouco exposta revela-se absolutamente aplicável no âmbito processual, diante da relevância dos efeitos das ações no processo.

Inicialmente, para que um fato jurídico seja entendido como processual, faz-se necessário que seja “tomado como *fattispecie* (suporte fático) de uma norma jurídica processual” (DIDIER, 2015, p. 373). Assim, um acontecimento que encontre previsão na lei processual, poderá ser tido como fato jurídico processual em sentido amplo, relacionando-se com o processo.

No entanto, a doutrina revela-se divergente quanto a classificação dos fatos jurídicos processuais *lato sensu*, já que alguns não reconhecem a existência de fatos jurídicos *stricto sensu* no âmbito processual, apenas de atos jurídicos processuais, devido ao estado de exterioridade ao processo, visto que consistem em fatos naturais, não sendo, portanto, integrantes do mesmo. Em conformidade com esse entendimento, José Joaquim Calmon de Passos (2002, pp. 64-65) defende que

no processo, somente atos são possíveis. Todos os acontecimentos naturais apontados como caracterizadores de fatos jurídicos processuais são exteriores ao processo e, por força dessa exterioridade, não podem ser tidos como fatos integrantes do processo, por conseguinte, fatos processuais.

Dentre aqueles que entendem possível a ocorrência dos aludidos fatos jurídicos processuais, Mitidiero (2005) defende que apenas são possíveis caso realizados dentro do trâmite processual, e com capacidade de produzir efeitos nele. No entanto, há também quem conceitue fato jurídico processual como todo acontecimento natural, seja interno ou externo ao processo, capaz de produzir efeitos processuais por força de previsão em hipótese normativa, ou seja, qualquer acontecimento que apresente aptidão para produzir efeitos jurídicos no âmbito processual.

Assim, entende-se que “o fato jurídico processual em sentido estrito nada mais é do que o fato natural que, sofrendo a incidência de regra processual, tem o condão de provocar consequências jurídicas no processo” (BRAGA, 2007).

A definição de atos jurídicos processuais é outro tema que também enseja diversas divergências doutrinárias. Segundo os ensinamentos de Chiovenda (1998, p. 20), entende-se por atos jurídicos processuais aqueles “que têm importância jurídica em respeito à relação processual, isto é, os atos que têm por consequência imediata a constituição, a conservação, o desenvolvimento, a modificação ou a definição de uma relação processual”.

De acordo com as conclusões de Liebman (2005), atos jurídicos processuais se resumem àqueles praticados pelos sujeitos processuais dentro da relação processual, capazes de produzir efeitos constitutivos ou modificativos no processo. Nesse entendimento, os atos extraprocessuais, mesmo que venham a produzir efeitos na relação processual, não são considerados atos processuais.

Outra parte da doutrina entende que para se caracterizar um ato processual, faz-se necessário que o agente tenha praticado o feito com o intuito de se produzir efeitos no processo, mesmo que a ação tenha sido realizada fora das balizas processuais. Há também visões mais restringidas, como a de José Calmon de Passos. Consoante sua teoria, os atos processuais se resumem aqueles praticados no processo, e que só podem ser praticados dentro dele, por um sujeito da relação processual, capaz de produzir eficácia no processo. Ainda, defende a inexistência de fatos jurídicos *stricto sensu* no processo, já que correm externamente ao trâmite processual.

Por outro lado, Didier (2010, p. 265) preceitua que os atos processuais não têm a sua existência condicionada à realização intraprocessual, esses seriam os atos do processo, que compõem a cadeia do procedimento. Segundo o professor, um ato jurídico será considerado processual nas ocasiões em que encontrar suporte fático em uma norma jurídica processual.

Dentro do processo ainda temos os atos-fatos processuais. Estes podem ser caracterizados como ação humana, cuja intenção de realiza-la é irrelevante, importando para a norma processual apenas os efeitos do ato na relação processual (BRAGA, 2007), ou seja

são atos, por conseguinte suscetíveis de consumação no processo, mas tratados pelo legislador como se meros fatos eles fossem, por abstrair, na espécie, toda e qualquer indagação a respeito da vontade do agente que o consumou. Exemplo disso é o pagamento do preparo. Se feito, será eficaz, pouco importando quem o fez e com que intenção praticou o ato. (PASSOS, 2007, pp. 67-68)

Destaca-se, ainda, a existência dos atos jurídicos processuais *stricto sensu*. Estes são percebidos pela manifestação de vontade das partes, sendo que seus efeitos já encontram previsão na norma, inexistindo, assim, margem para disposição das partes no concernente aos resultados da ação. Exemplo deste é a interposição de recurso, onde a vontade das partes revela-

se como elemento constitutivo do ato de recorrer, sendo indiferente, no entanto, a vontade da parte em relação aos efeitos da interposição do recurso.

Em contrapartida, os negócios jurídicos processuais, bem consagrados no novo Código de Processo Civil, são marcados pelo poder de escolha que as partes têm sobre os efeitos do ato que estão realizando no processo. Ao contrário do ato jurídico processual em sentido estrito, onde o elemento volitivo restringe-se a realização do ato, já que os resultados estão preestabelecidos em lei, nos negócios jurídicos processuais, a vontade dos sujeitos do processo está relacionada tanto a prática do ato quanto aos seus efeitos, ou seja, o desejo de realização está direcionado tanto para a prática do ato quanto para a produção de efeitos.

A existência dos negócios jurídicos processuais também não encontra unanimidade entre os doutrinadores.

De um lado da doutrina temos autores que rejeitam a possibilidade de existência dos negócios jurídicos processuais, por entenderem que a vontade das partes gera no processo apenas os efeitos já previstos em lei, logo, não é capaz de gerar efeitos próprios no processo, sendo a lei única competente para tanto. Dentre aqueles que compartilham deste entendimento, temos Liebman (1985, p. 226-227), José de Albuquerque Rocha (2003, p. 242), Daniel Mitidiero (2005, p. 16), Dinamarco (2009, p. 484) e Alexandre Câmara (2013, p. 274).

Por outro lado, ainda em 1974, Pontes de Miranda, em sua obra intitulada de Comentários de Processo Civil (1974, p 101), já tinha percebido a desistência da ação como um negócio jurídico, mesmo sem avançar mais sobre o tema. Já, entendendo pela existência de convenções das partes sobre matéria processual, Barbosa Moreira desenvolveu um pouco mais sobre o assunto em Convenções das partes sobre matéria processual, em 1984. Segundo seus entendimentos compartilhados na referida obra, a vontade das partes pode apresentar capacidade suficiente para influenciar no trâmite do processo, no entanto, ocorre que esta liberdade de convenção dos agentes encontra-se condicionada aos limites previstos nas normas processuais.

Em consonância ao entendimento de admissibilidade da existência de negócios jurídicos processuais, concebível é a definição do instituto como

[...] fato jurídico voluntário em cujo suporte fático confere-se ao sujeito o poder de escolher a categoria jurídica ou estabelecer, dentro dos limites fixados no próprio ordenamento jurídico, certas situações jurídicas processuais. (DIDIER, NOGUEIRA, 2012, pp. 59-60)

Por ser fonte de norma jurídica processual, a convenção realizada entre as partes vincula o órgão julgador. Além disso, diante do status de fonte de norma jurídica, o negócio processual reflete



no magistrado o dever de “observar e fazer cumprir as normas jurídicas válidas, inclusive as convencionais” (DIDIER, 2017, p. 425).

Superado o tema da existência, segue-se com a classificação dos aludidos negócios processuais. De primeiro plano, podem ser divididos em unilaterais, os quais se realizam pela manifestação de vontade de apenas um sujeito, ou bilaterais, que dependem da vontade de ambas as partes para se concretizar. Estes ainda são subdivididos de acordo com a harmonia ou contraposição dos interesses das partes. Quando as vontades são concordantes estamos diante de convenções processuais, já quando são contrapostas, temos contratos processuais.

Destaca-se que o próprio texto do Código de Processo Civil diferencia os negócios jurídicos unilaterais dos bilaterais, ao preceituar, em seu art. 200, que “os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade” apresentam aptidão para produzirem de imaginado seus efeitos, podendo constituir, modificar ou extinguir direitos processuais.

Ora, já que negócios jurídicos configuram fruto da manifestação de vontade dos sujeitos, ao dispor sobre a produção de efeito das declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, a codificação processual reconheceu a existência de negócios jurídicos unilaterais e bilaterais.

Os negócios processuais ainda podem ser plurilaterais, produto da união de vontade de mais de dois agentes, como nos casos de celebração do negócio processual com participação do juiz. Os negócios plurilaterais podem ser típicos (organização compartilhada do processo prevista no art. 357, §3º, do CPC) ou atípicos, que não encontram prefixação normativa.

Como exemplo de negócio jurídico plurilateral, André Gomma de Azevedo (2017) cita

[...] o acordo realizado na audiência de justificação em possessórias, no qual as partes concordam em se dirigirem a área disputada acompanhados de oficiais de justiça que registrarão a termo a perspectiva dos confrontantes e quaisquer outras testemunhas que as partes quiserem ter registradas. De igual forma, os oficiais de justiça, dependendo do acordo, podem tirar fotos da área litigada e entregarem um relatório que consistirá, na prática, em toda (ou praticamente toda) a instrução necessária facilitando a prolação da sentença em prazo reduzidíssimo.

Ressalta-se que os negócios processuais plurilaterais não se confundem com os coletivos, visto que nesses o intuito é a disciplina de futuro processo coletivo. Para a celebração de negócio processual coletivo é imprescindível que o ente pactuante tenha legitimação negocial coletiva.

Ainda, há casos que a manifestação de vontade do agente se dá de forma tácita, podendo assim o negócio jurídico ser celebrado por comportamento comissivos, a exemplo da prática de atos incompatíveis com a vontade de recorrer, ou omissivos, como na ausência de menção à presença de convenção de arbitragem. A convenção processual também pode ser realizada de maneira expressa, como a de foro de eleição, situação em que as partes elegem o local onde as ações judiciais em comento serão ajuizadas.

Diante do todo exposto, atualmente, entende-se que para constituir um negócio jurídico processual, faz-se necessário que o agente, ao realizar um ato, deseje não apenas a sua prática, como também a produção de efeito jurídico, seja ele previsto ou não em lei, conforme prerrogativa estabelecida pelo art. 190.

## 2. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E O ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A sociedade com o passar do tempo atravessa inúmeras mudanças, que normalmente acarretam na necessidade de alterações no ordenamento jurídico para que este adeque-se a essa evolução inevitável. Seguindo essa concepção, o atual Código de Processo Civil, que entrou em vigor há pouco mais de dois anos<sup>2</sup>, abraça as novas demandas da sociedade, que a cada dia requerem mais eficiência, celeridade e satisfação na resolução dos conflitos, sem deixar de lado a segurança jurídica e a prestação jurisdicional.

O negócio jurídico processual pode ser entendido como fruto dessa adequação do direito processual às necessidades fáticas da sociedade, visto que por meio deste instituto processual às parte é outorgada uma maior autonomia para negociarem sobre diversos pontos do processo com o intuito de conduzi-lo de maneira que melhor satisfaça os interesses dos envolvidos, consagrando, assim, o princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes no Processo Civil, o qual “visa tornar o processo jurisdicional um espaço propício para o exercício da liberdade” (DIDIER Jr., 2015, p. 170).

No entanto, essa liberdade conferida aos agentes por força do supracitado princípio não é absoluta, inclusive, encontrando limitações no próprio Código de Processo Civil de 2015, como nos casos de incapazes, com previsão normativa no art. 190, parágrafo único do referido *códex* processual.

Conforme entende Redondo (2015, p.7), o aludido princípio do autorregramento da vontade das partes

[...] estabelece que a vontade das partes deve ser observada pelo juiz como regra geral, uma vez que a eficácia dos negócios processuais é imediata e independente de homologação judicial, sendo possível o controle judicial somente *a posteriori* e apenas para o reconhecimento de defeitos relacionados aos planos da existência ou da validade da convenção.

A atual carta processual apresenta sistemática oriunda de um processo de adaptação da norma à realidade da sociedade, onde a autocomposição dos litígios tem ganhado mais e mais espaço devido ao seu elevado índice de satisfação dos envolvidos e celeridade na solução. A ratificação da presença deste elemento autocompositivo no atual código processual evidencia-

---

<sup>2</sup> Enunciado administrativo n. 1: O Plenário do STJ, em sessão administrativa em que se interpretou o art. 1.045 do novo Código de Processo Civil, decidiu, por unanimidade, que o Código de Processo Civil aprovado pela Lei n. 13.105/2015, entrará em vigor no dia 18 de março de 2016. Enunciado aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 2 de março de 2016. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/Print/pt\\_BR/Institucional/Enunciados-administrativos/Enunciados-administrativos](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/Print/pt_BR/Institucional/Enunciados-administrativos/Enunciados-administrativos). Acesso em 14/06/2018.

se na cláusula geral de negociação processual contida no art. 190 da referida codificação, a qual permite que as partes utilizem da composição para acordarem sobre a prática de atos processuais de maneira que melhor os satisfaça, dentro dos limites legais. Ressalta-se que a pactuação se dá sobre o processo, e não sobre o direito demandado.

Nesse entendimento, expõe o professor Didier (2010, p. 380) que

*o caput do art. 190 do CPC é uma cláusula geral, da qual se extrai o subprincípio da atipicidade da negociação processual. Subprincípio, porque serve à concretização do princípio de respeito ao autorregramento da vontade no processo [...]*

## **2.1 A institucionalização do negócio jurídico processual no CPC de 2015. Negócios processuais típicos e atípicos.**

Fato é que o atual Código de Processo Civil apresenta uma maior consagração ao consensualismo, acarretando na ampliação das possibilidades de realização de negócios jurídicos processuais. No entanto, indubitável é que a codificação processual de 1973 também já previa situações em que as partes possuíam aptidão para dispor sobre determinados pontos do processo. A exemplo, cita-se os arts. 111 e 112, que dispunham sobre a eleição convencional de foro, o art. 265, II, e §3º, os quais instruíam sobre a suspensão do processo, o art. 301, IX, que disciplinava sobre convenção de arbitragem, o art. 333, parágrafo único, que previa a convenção sobre o ônus da prova, o art. 453, I, que moderava o adiamento da audiência por convenção das partes, entre inúmeros outros. Ressalta-se que o atual código ainda traz consigo as referidas possibilidades além de inovações, como por exemplo a escolha do perito pelas partes (art. 471, CPC/15).

Contudo, percebe-se que no antigo Código Processual inexistia permissivo para as partes convencionarem sobre o objeto do negócio processual em si, ou seja, os negócios jurídicos processuais contemplados à época eram somente os típicos, já que se encontram preestabelecidos na norma.

A atual codificação processual, por sua vez, através do preceituado por seu art. 190, prevê a possibilidade de as partes realizarem negócios jurídicos processuais atípicos<sup>3</sup>, isto é, aqueles que não se encontram prefixados na norma. Assim, além de poder celebrar as

---

<sup>3</sup> Neste sentido destaca-se os enunciados n. 257 e n. 258 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, os quais, respectivamente, preceituam que “o art. 190 autoriza que as partes tanto estipulem mudanças do procedimento quanto convencionem sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais” e que “As partes podem convencionar sobre seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, ainda que essa convenção não importe ajustes às especificidades da causa”.

convenções processuais expressamente previstas no código – negócios jurídicos processuais típicos -, as partes agora dispõe sobre atos processuais, seja redefinindo sua forma ou a sua sequência de acontecimentos no processo, além de terem o poder para “estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”<sup>4</sup>. Frisa-se que poderes são entendidos neste caso como qualquer situação jurídica ativa, incluindo-se nesse contexto tanto os direitos subjetivos, como direitos protestativos e os poderes propriamente ditos.

Em relação a limitação de alcance do permissivo contido no aludido art. 190, o próprio texto normativo encontra-se silente, não apresentando maior conteúdo de delimitação de aplicação da clausula geral de negociação, no entanto, os enunciados interpretativos, com destaque para os do Fórum Permanente de Processualistas Civis, já inúmeras vezes citados na presente produção, esclarecem sobre a abrangência dos negócios processuais.

Dentre as situações em que cabe convenção das partes, destacou o Fórum Permanente de Processualistas Civis<sup>5</sup> que

são admissíveis os seguintes negócios processuais, dentre outros: pacto de impenhorabilidade, acordo de ampliação de prazos das partes de qualquer natureza, acordo de rateio de despesas processuais, dispensa consensual de assistente técnico, acordo para retirar o efeito suspensivo de recurso, acordo para não promover execução provisória; pacto de mediação ou conciliação extrajudicial prévia obrigatória, inclusive com a correlata previsão de exclusão da audiência de conciliação ou de mediação prevista no art. 334; pacto de exclusão contratual da audiência de conciliação ou de mediação prevista no art. 334; pacto de disponibilização prévia de documentação (pacto de disclosure), inclusive com estipulação de sanção negocial, sem prejuízo de medidas coercitivas, mandamentais, sub-rogoratórias ou indutivas; previsão de meios alternativos de comunicação das partes entre si; acordo de produção antecipada de prova; a escolha consensual de depositário-administrador no caso do art. 866; convenção que permita a presença da parte contrária no decorrer da colheita de depoimento pessoal. [...] acordo para realização de sustentação oral, acordo para ampliação do tempo de sustentação oral, julgamento antecipado do mérito convencional, convenção sobre prova, redução de prazos processuais.

Ainda, vislumbra-se a possibilidade de as partes, por meio de negócios processuais, atribuir a outrem *legitimidade ad causam* (legitimidade processual de forma extraordinária), combinarem renúncia ao segundo grau de jurisdição, redução do prazo para interposição de recurso e divisão de custas.

<sup>4</sup> Art. 190, *caput*, do Código de Processo Civil de 2015, *in verbis*: “Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.”

<sup>5</sup> Enunciados n. 19 e n. 21 do Fórum Permanente de Processualistas Civis.

Assim, possível alcançar a compreensão de que o referido art. 190 apresenta-se como balizador de celebração dos negócios processuais atípicos, possibilitando a caracterização de diversas espécies desse instrumento processual, desde que estejam em conformidade com a norma.

Por falar em conformidade normativa, a disciplina da negociação no processo se dá por meio de um conjunto de normas, no qual se destacam os entendimentos contidos nos arts. 190 e 200 do atual CPC, já que estes, quando interpretador conjuntamente, apresentam o cerne constitutivo das negociações processuais, ou seja, os pressupostos gerais para a realização deste instituto.

Nessa lógica, o enunciado n. 261 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, preceitua que “o art. 200 aplica-se tanto aos negócios unilaterais quando aos bilaterais, incluindo as convenções processuais do art. 190”. Ainda, aplica-se a todas as fases da negociação processual o princípio da boa-fé processual consagrado tanto no Código de Processo Civil quanto no Código Civil, arts. 5º e 422 respectivamente.

No tocante à interpretação das convenções jurídicas, tem-se que esse processo se dá em consonância com as diretrizes de interpretação de negócio jurídico contidas no Código Civil. Conforme tais normas gerais, os negócios jurídicos serão “interpretados conforme a boa fé e os usos do lugar da celebração”<sup>6</sup>, e os que forem benéficos serão interpretados estritamente, assim como no caso de renúncia (art. 114, do Código Civil). Ainda, preceituam que “nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem”<sup>7</sup>, e de acordo com o art. 423 do CC, “Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente”.

Além disso, verifica-se que os negócios jurídicos processuais encontram algumas limitações afim de impedir que o instituto seja utilizado de maneira imprópria, ou seja, em desarmonia com o entendimento legislativo. Para tanto, há limites gerais, aplicáveis a todos negócios jurídicos, os quais encontram-se relacionados com os elementos universais dos negócios jurídicos, como a capacidade das partes, e limites específicos, aplicáveis apenas para os negócios jurídicos processuais, uma vez que versam sobre os elementos singulares de composição do negócio jurídico processual, como a natureza do direito pleiteado, visto que somente direitos que comportam autocomposição podem ser negociados em convenções processuais.

---

<sup>6</sup> Art. 113, do Código Civil

<sup>7</sup> Art. 112, do Código Civil.

## 2.2 Validade do Negócio Jurídico Processual

Ao se falar da validade do negócio jurídico processual algumas questões impreterivelmente vem à tona, tais como a necessidade, ou não, de homologação das convenções processuais pelo juízo, capacidades dos sujeitos para celebrar acordo, a forma em que se pactuou o negócio, entre outras.

Inicialmente, importante esclarecer que a regra consiste na desnecessidade de homologação do negócio processual pelo magistrado, inclusive nas situações de acordo atípico, uma vez que as convenções no processo resultam da autonomia conferida às partes, e corretamente consagrada, pelo ordenamento processual, caso contrário, haveria expressa afronta ao princípio do autorregramanento da vontade dos sujeitos no processo, visto que a autonomia das partes estaria inadequadamente restrita.

Tanto é que a própria carta processual preceitua, em seu art. 200, que os negócios processuais celebrados pelas partes produzem imediatamente seus efeitos, salvo disposição contrária de lei ou modulação expressa da eficácia da convenção processual pelas partes (condição ou termo). Nessa lógica, Redondo (2015, p. 6) afirma que

A eficácia imediata dos negócios processuais é confirmada, ainda, pelo parágrafo único do art. 190, que revela que o controle das convenções processuais pelo juiz é sempre a posteriori e limitado aos vícios de inexistência ou de invalidade. O juiz somente pode negar aplicação a negócio processual se estiver presente alguma invalidade (vício relativo aos planos da existência ou da validade, abusividade de cláusula ou vulnerabilidade de parte), sendo-lhe vedado negar aplicação a convenção processual por qualquer outro motivo (v.g., por não ter sido de seu maior agrado o conteúdo do negócio processual).

Este entendimento foi ratificado pelo enunciado n. 133 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, o qual conclui que “salvo nos casos expressamente previstos em lei, os negócios processuais do art. 190 não dependem de homologação judicial”.

Nesse contexto, revela-se possível a realização de convenções pré-processuais, ou seja, situações em que os sujeitos, prevendo a possibilidade de ajuizamento de uma ação processual, pactuam previamente as diretrizes desse possível processo judicial, sendo caso um dia venha a existir a tal ação, o convencionado pelas partes independe, em regra, de homologação por parte do juiz. E não poderia ser diferente ou poderia acarretar em caos de volume no judiciário, ora pois, a situação em que todas as cláusulas de eleição de foro previstas em incontáveis contratos

espalhados pelo Brasil fossem submetidas à homologação pelo juízo seria inconcebível.

Desta forma, caso não haja previsão contrária expressa, a atuação do juiz quanto à análise do negócio processual se restringirá a averiguar a validade da convenção, utilizando como parâmetro os pressupostos gerais contidos no art. 190, combinados com os requisitos previstos no artigo que disciplina o negócio típico, caso seja, além de atentar-se para as normas sobre negócios em geral presentes no Código Civil. Assim, não apresentando qualquer invalidade, o negócio processual encontrar-se-á apto para produção de seus efeitos, sem a necessidade de homologação por parte do juízo.

A regra é a desnecessidade de homologação pelo juiz dos negócios processuais, sendo dispensados de homologação, de qualquer maneira, as convenções que versem sobre situações jurídicas processuais. No entanto, nas hipóteses em que o intuito na negociação processual é dispor sobre mudanças no procedimento do processo, poderá haver a sujeição do pacto a homologação judicial.

Em suma, há situações, que demandarão um juízo homologatório do magistrado, casos estes previstos em lei, podendo esta homologação apresentar-se como pressuposto de eficácia do negócio jurídico, ou seja, estes só produziram os efeitos desejados após a homologação do juiz.

Ainda assim, a supervisão homologatória do juízo interferirá somente na eficácia da convenção processual, não intercedendo na validade, como destaca o enunciado n. 260 do Fórum Permanente de Processualistas que “a homologação, pelo juiz, da convenção processual, quando prevista em lei, corresponde a uma condição de eficácia do negócio”.

Nesse sentido, Avelino (2015, pp. 8-9) conclui que “quando se exige a homologação, o juiz atua somente para permitir que o negócio produza seus efeitos específicos no processo, funcionando como *conditio iuris* para a eficácia do ato”.

Caso venha a ocorrer inadimplemento do negócio processual, deve a parte contrária levar ao conhecimento do juízo, visto que não cabe tal conhecimento por ofício, por meio de petição simples, requerer ao juízo que cobre da parte adversária o devido respeito aos termos da convenção processual ou a execução da sistemática processual pactuada.

No entanto, caso a parte não venha a alegar o inadimplemento, estará caracterizada novação tácita e, conseqüentemente, a preclusão do direito de alegar o inadimplemento. Situação diferente seria a que houvesse autorização negocial ou legal expressa no sentido de permitir o conhecimento de inadimplemento de ofício pelo magistrado.



No tocante ao inadimplemento, é possível que as partes estabeleçam “outros deveres ou sanções para o caso de descumprimento da convenção”<sup>8</sup>, ou seja, estipulação de clausula penal pelos sujeitos do negócio processual.

Em relação ao negócio processual bilateral, impera-se a regra da irrevogabilidade da declaração de vontade, a qual prevê que, salvo disposição normativa ou negocial expressa, a convenção processual celebrada nos termos do art. 190 será irrevogável, sendo possível, no entanto, a sua extinção por distrato processual, onde as partes conjuntamente declaram o desinteresse em continuar com o acordo contratual.

No tocante à validade do negócio processual, para que este seja assim considerado, faz-se necessário que sua celebração verse sobre objeto lícito, observando-se forma preestabelecida em lei ou não proibida por ela, e que se dê por sujeitos capazes. Caso algum desses requisitos não seja respeitado, o negócio processual será declarado nulo, podendo inclusive a nulidade ser reconhecida *ex officio*, conforme o art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil. *In verbis*:

Art. 190. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

Em relação à capacidade dos agentes, o *caput* do art. 190 é expresso ao exigir capacidade plena dos sujeitos para celebração de negócios processuais atípico, no entanto, depreende-se que, na realidade, a capacidade exigida é a processual negocial, diante da previsão contida no parágrafo único a respeito da anulação do negócio processual caso sua celebração se dê com sujeito manifestamente em situação de vulnerabilidade, ou seja, deficiente da aptidão para participar de uma celebração processual em par de igualdade com os outros envolvidos. No entanto, caso os incapazes estejam devidamente representados, não haveria porque impedi-lo de celebrar uma negociação no processo.

Destaca-se que o reconhecimento da vulnerabilidade da parte como elemento capaz de inviabilizar a celebração do negócio processual representa plausível inovação veiculada pela nova codificação processual.

Sobre a possibilidade de realização de negócios jurídicos por incapaz, DIDIER (2015, p. 385) entende que “não há sentido em impedir negócio processual celebrado pelo espólio

---

<sup>8</sup> Enunciado n. 17 do Fórum Permanente de Processualistas Civil.

(incapaz processual) ou por um menor, sobretudo quando se sabe que, extrajudicialmente, suprida a incapacidade pela representação, há para esses sujeitos mínimas limitações para a negociação”.

Ainda, destaca-se que “a fazenda pública pode celebrar negócio processual”<sup>9</sup> não havendo impedimento na capacidade do Poder Público. Caso venha a ocorrer alguma invalidade, esta estaria ligada ao objeto da celebração, já que há casos onde o direito revela-se indisponível e impassível de autocomposição por força do interesse público.

De acordo com as conclusões de Didier (2015) no tocante ao objeto, conforme o previsto na clausula geral (art. 190, *caput*), a ilicitude resulta em nulidade e somente causas que comportem autocomposição são passíveis de figurarem negociações processuais, assim, possível é o acontecimento de situações onde o direito litigado é indisponível, mas admite solução por autocomposição, ou seja, conforme evidenciado pelo Fórum Permanente de Processualistas Cíveis no enunciado n. 135 “a indisponibilidade do direito material não impede, por si só, a celebração de negócio jurídico processual”.

Sobre a forma do negócio processual entende-se que esta é livre, exceto os casos previstos expressamente em lei, os quais exigem a convenção em sua forma escrita, sendo que se a forma exigida não for respeitada, incorrerá em vício o negócio processual, passível de anulação pelo juízo.

Visto que, segundo Yarshell (2015, p. 68), o negócio processual resulta “de processo volitivo caracterizado por adequada consciência da realidade, em ambiente de liberdade de escolha e de boa fé”, será passível de anulação, caso haja vício de vontade, seja por dolo, coação ou até mesmo erro, nos termos do art. 177 do Código Civil de 2002. Ainda considerar-se-á nulo o negócio processual simulado (art.167 do Código Civil Código Civil de 2002) ou em fraude à lei (art. 166, do Código Civil Código Civil de 2002).

Ressalta-se que a anulação do negócio processual depende de provocação das partes, sendo que, segundo Barbosa Moreira (2003) “a iniciativa do interessado em promover a anulação pode naturalmente exercitar-se em ação autônoma; também pode, todavia, manifestar-se por meio de reconvenção à ação acaso proposta pela parte contrária”.

Caso um negócio processual tenha sua aplicabilidade negada, e não haja a extinção do processo, o juízo denegatório consistirá em decisão interlocutória, assim, passível de impugnação via agravo de instrumento, conforme alguns entendimentos específicos na doutrina, como o compartilhado por Cunha e Didier (2015), os quais defendem a possibilidade

---

<sup>9</sup> Enunciado n. 256 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.

de interposição de agravo em razão do princípio da igualdade, visto que há previsão normativa da viabilidade de impugnar, por agravo de instrumento, decisão que rejeita convenção de arbitragem, que por sua vez, é entendida como negócio processual.

### **3. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL, O PAPEL-DEVER DO JUIZ E O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO**

Por muito tempo o processo foi compreendido pela lente do publicismo, sendo protagonizado exclusivamente pelo magistrado, ao qual incumbia a responsabilidade de promover o andamento do processo, utilizando de seus poderes instrutórios conferidos pelo ordenamento, não restando nesse cenário, espaço para atuação das partes, cabendo a essas uma postura mais passiva, limitando sua atividade a provocação do judiciário para o início do exercício da jurisdição.

Diante desse modelo, onde o processo se resumia a um instrumento de titularidade única e exclusiva do Estado utilizado para promover a jurisdição por meio de seus juízes, a possibilidade de se reconhecer a existência de negócios jurídicos processuais era completamente inconcebível, uma vez que os poderes de condução do processo estavam conferidos ao Estado-juiz, e as partes ficavam como coadjuvantes no trâmite processual, a mercê da vontade do juiz na direção do litígio, já que na maioria das vezes dependiam de sua autorização para seguir com alguma movimentação no processo.

No entanto, com o passar do tempo, o dogma do protagonismo do magistrado para a condução do processo foi se moldando às necessidades da sociedade, dando espaço ao princípio da cooperação entre agentes processuais, incluindo-se o juiz, e conferindo maior autonomia aos sujeitos para alterar um ou outro procedimento no trâmite processual.

Assim, ainda no Código Processual Civil de 1973 é possível perceber algumas situações em que a lei confere as partes a possibilidade de, mediante comum acordo, alterarem determinada ocorrência no processo, ou seja, celebrarem convenções processuais típicas, como no caso do art. 181, o qual prevê que

podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

Essa movimentação de adequação para maior concessão de autonomia às partes no processo está bastante evidente na atual carta processual, a qual passa o sentimento de rompimento com o os ideais de publicismos tão consagrado nas antigas codificações, conferindo aos sujeitos da relação processual maior autonomia para conduzirem o processo de forma a melhor satisfazer seus interesses, buscando a entrega da prestação jurisdicional de maneira mais eficiente, com economia processual e tempo razoável, sem deixar de garantir segurança jurídica.

No tocante a eficiência do processo, percebe-se que a nova codificação, por meio da concessão de maior autonomia às partes para conduzirem o processo dentro dos limites legais, consagrou a concretização do princípio do processo eficiente, o qual é fruto da combinação de dois dispositivos da carta constitucional, o art. 5º, LIV e o art. 37, *caput*. Segundo Didier (2013, p. 439),

O princípio da eficiência é fundamento para que se permita a adoção, pelo órgão jurisdicional, de técnicas atípicas (porque não previstas expressamente na lei) de gestão do processo, como o calendário processual (definição de uma agenda de atos processuais, com a prévia intimação de todos os sujeitos processuais de uma só vez), ou outros acordos processuais com as partes, em que se promovam certas alterações procedimentais, como a ampliação de prazos ou inversão da ordem de produção de provas.

Destaca-se que o poder conferido as partes de ajustarem o processo de maneira a melhor se adequar as peculiaridades do caso em litígio não se confunde com a prerrogativa de apossar-se do processo, e alterar as situações jurídicas processuais livremente. A capacidade conferida aos sujeitos refere-se aos atos que constituem a organização do procedimento.

No entanto, vislumbra-se possível a ocorrência de contextos em que, a depender da convenção processual previamente pactuada sobre determinada conjuntura, a situação jurídica das partes seja influenciada pelos efeitos do negócio sobre os atos do processo. A exemplo, cita-se a hipótese em que as partes convencionam sobre as peculiaridades de um remoto processo decorrente da judicialização de um contrato.

Ocorre que seguindo o trâmite processual, caso a petição inicial não apresente falhas que acarretem em sua inépcia, sucederá o momento de oferecimento da resposta do réu, por meio da contestação ou da reconvenção, sendo esta o instrumento que dispõe o réu para “manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa”, de acordo com o disposto no art. 343 do Código de Processo Civil.

No entanto, pode ocorrer situações em que as partes convencionem, em negociação realizada antes mesmo do ajuizamento da ação, a respeito do não oferecimento da reconvenção pelo réu, podendo, assim, sua defesa ser restringida ao oferecimento de contestação.

Diante disso, percebe-se que mesmo em ocasiões que as partes não tenham convencionado sobre a situação jurídica que cada sujeito protagonizará no processo, o fato de terem ajustado sobre determinado ato do processo, pode refletir diretamente no

posicionamento a ser ocupado pelo réu, o qual não poderá figurar como reconvinte, por força do negócio jurídico processual firmado anteriormente à existência do litígio no âmbito processual.

Isto ocorre devido ao fato da situação jurídica das partes decorrer do ato do processo objeto de convenção, ou seja, o pacto sobre o procedimento gera efeitos nos cenários jurídicos ocupados pelas partes que, por sua vez, apresentam-se como frutos do ato do trâmite processual previamente convencionado pelos sujeitos.

### **3.1 Poder-dever do juiz e o princípio da cooperação**

Suficiente é uma breve leitura do atual Código de Processo Civil para perceber o apreço dado pelo legislador ao processo cooperativo, onde há a entrega da tutela jurisdicional em tempo razoável, de forma eficiente, logo satisfatória. Logo no primeiro livro da codificação encontram-se previstas as normas fundamentais do processo civil, momento em que o princípio da cooperação é mencionado pela primeira vez, juntamente com a razoabilidade do prazo para solução integral no mérito e a previsão de solução consensual do litígio, inclusive, trazendo a possibilidade de utilização de métodos alternativos, tais como mediação e conciliação.

Destaca-se que a mediação e a conciliação são métodos de resolução de disputa capazes de solucionar conflitos de maneira consensual.

A solução do conflito por meio da mediação se desenvolverá em um processo onde um terceiro imparcial facilitará a negociação entre os litigantes, possibilitando que eles entendam melhor seus próprios interesses para que dialoguem e compatibilizem os interesses mútuos. Já na conciliação, um terceiro neutro ao processo, auxiliará as partes a alcançarem uma solução consensual.

É justamente nesse cenário imerso na cooperação, em conjunto com o anseio de se solucionar as disputas de forma consensual, que surge a figura do juiz que coopera com as partes no trâmite processual, objetivando o alcance a uma solução efetiva para o litígio. Aliás, de acordo com o princípio da cooperação, contido no art. 6º da carta processual “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”.

Destaca Azevedo (2017) que

Entre os diversos agentes indutores de consenso, o novo CPC claramente destaca a figura do magistrado que pode encaminhar um

feito para a conciliação, para a mediação ou mesmo buscar a resolução consensual a qualquer tempo.

Assim, situações em que o magistrado busque manter um certo diálogo com as partes, abrindo espaço para ouvi-las, esclarecendo determinadas nuances, ou até mesmo convencendo sobre específicos atos do processo que tenham capacidade de facilitar a obtenção de uma decisão meritória satisfatória em tempo razoável, revelam-se concebíveis à luz do princípio da cooperação, além de respeitarem o preceituado pelo art. 4º da codificação, o qual estabelece que “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

Como símbolo da consagração ao princípio da cooperação no Código Processual Civil de 2015, ganha destaque a clausula geral de negociação processual contida no *caput* do art. 190, a qual evidencia a valorização da vontade das partes nessa nova sistemática processual. Por meio dela, pautados na boa-fé, os sujeitos do processo passam a ser também protagonistas, juntamente com o juiz, o qual adota uma postura mais ativa, detentor de um poder-dever de colaboração, em busca da realização de um processo mais equilibrado e justo.

Nesse sentido, conclui André Gomma de Azevedo (2017) que

Merece destaque que o magistrado pode buscar o consenso tanto em relação às questões materiais como também em relação ao próprio processo. A primeira hipótese, é a mais comum no nosso sistema e envolve um esforço de pôr fim ao litígio na medida em que todos se engajam construindo uma solução minimamente satisfatória em relação ao objeto da demanda. A segunda hipótese — da conciliação ou negociação processual — envolve o planejamento com as partes e advogados acerca do desenvolvimento procedimental de forma a tornar a relação jurídica processual mais rápida e segura. Em decorrência desse trabalho, constrói-se um negócio jurídico processual nos termos do artigo 190 do CPC.

Por força do aludido princípio da cooperação, o processo ultrapassa a ideia já enraizada de relação hierarquizada, onde toda a sua organicidade emana do Estado-juiz, e passa a ter o magistrado como parte integrante da resolução do litígio, se tornando “produto da atividade cooperativa entre o juiz e as partes” (AZEVEDO, 2017). Assim, ao tempo de alcance da decisão, entende-se que o trâmite percorrido pelos sujeitos, incluindo o juiz, foi justo devido ao diálogo e a cooperação mantidos pelos envolvidos.

Segundo Mitidiero (2011, p. 81), o magistrado inserido em um processo pautado na cooperação

[...] é um juiz isonômico na condução do processo e assimétrico no quando da decisão das questões processuais e materiais da causa. Desempenha duplo papel, pois, ocupa dupla posição: paritário no

diálogo, assimétrico na decisão. Visa-se alcançar, com isso, um “ponto de equilíbrio” na organização do formalismo processual, conformando-o como uma verdadeira “comunidade de trabalho” entre as pessoas do juízo. A cooperação converte-se em prioridade no processo.

Desta forma, influenciado pelo poder-dever de colaborar, o magistrado ultrapassa o papel de mero fiscal da lei e alcança o estado de colaborador dentro do processo, buscando solucioná-lo junto às partes, utilizando-se do diálogo e contraditório. Essa sistemática permite que as decisões alcançadas, por um juiz descolado da relação processual ao tempo da decisão, mas que, no entanto, esteja ciente de todas as peculiaridades inerentes ao processo, melhor se adequem ao caso concreto.

### **3.2 Negócios jurídicos plurilaterais**

Dentre os negócios processuais há aqueles que não demandam disposição do juiz, onde a participação do magistrado se restringe a análise de validade da convenção pactuada pelas partes, revelando-se desnecessário qualquer outro juízo valorativo por parte do magistrado. Nessas situações, como no caso da escolha do perito pelas partes, basta que o julgador pondere sobre a validade da convenção, a qual não apresentando impedimentos, ou seja, contrariedades ao ordenamento jurídico, produzirá efeitos de imediato.

Em outras situações revela-se indispensável a homologação do negócio processual pelo juízo, para que a convenção venha a produzir efeitos. Nesse cenário, verificando o juiz que os requisitos de validade da convenção processual foram respeitados, ou seja, não havendo contrariedades em relação a licitude do objeto pactuado, capacidade das partes e validade do negócio jurídico, procederá com a homologação do pactuado, passando, assim, o ato convencionado a produzir efeitos, diante da condição de eficácia recebida pela homologação.

Ainda, no exercício de suas funções, pode o magistrado, controlar a aplicação das convenções processuais no tocante a ocorrência de abusos no pactuado ou invalidade, de acordo com o previsto no art. 190, parágrafo único do Código de Processo Civil, o qual dispõe que “o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade”.

Assim, a atuação do magistrado, nessas hipóteses, se restringe ao controle de verificação da conformidade do regulado pelas partes com os requisitos previsto no ordenamento.



No entanto, há casos em que a atuação do juiz demandada ultrapassa a atribuição de controle e homologação da convenção, e passa requisitar sua participação direta no negócio processual como pressuposto de existência. Nessas hipóteses, a manifestação do magistrado revela-se como ponto essencial para a satisfação de existência da convenção processual.

Nesses casos em que a legislação prevê a necessidade de manifestação volitiva do magistrado como requisito de validade da convenção, a doutrina entende como negócios jurídicos processuais plurilaterais.

Como já exposto, os negócios jurídicos processuais plurilaterais consistem na união de vontade de mais de dois agentes, como na celebração de negócio processual com participação do juiz.

Diferentemente das hipóteses em que o magistrado atua apenas como fiscal da validade do negócio processual, procedendo, ou não, com a produção de efeitos da convenção sobre o processo, nos negócios jurídicos plurilaterais, a própria lei exige a necessidade de manifestação volitiva do magistrado para que a convenção realizada entre as partes e o juiz seja válida.

Nesse cenário, a atuação do juiz alcança o status de sujeito da convenção, ou seja, ele atuará em conjunto com as partes, declarando sua vontade em relação a uma conjuntura processual que protagonizará juntamente com os outros sujeitos do processo. Assim, caso não haja sua participação, o negócio processual não satisfará o plano da validade.

A celebração de negócios jurídicos plurilaterais, envolvendo partes e magistrado, poderá versar sobre situação sem previsão normativa, o que o caracterizará como atípico.

Dentre as situações em que se admite negócios processuais plurilaterais, conforme enunciado n. 21 do FPPC, temos “acordo para realização de sustentação oral, acordo para ampliação do tempo de sustentação oral, julgamento antecipado do mérito convencional, convenção sobre prova, redução de prazos processuais”.

Como bem expõe Didier (2015, p. 378), mesmo que o art. 190 do Código de Processo Civil

[...] mencione apenas os negócios processuais atípicos celebrados pelas partes, não há razão alguma para não se permitir negociação processual atípica que inclua o órgão jurisdicional. Seja porque há exemplos de negócios processuais plurilaterais típicos envolvendo o juiz, [...] o que significa que não é estranha ao sistema essa figura; seja porque não há qualquer prejuízo (ao contrário, a participação do juiz significa fiscalização imediata da validade do negócio), seja porque poder negociar sem a interferência do juiz é mais do que poder negociar com a participação do juiz.

Negar-se a possibilidade de celebração de negócios processuais atípicos com

participação do magistrado revela-se inconcebível, uma vez que ao participar da convenção, o juiz já está exercendo o papel de fiscalização da validade da negociação, logo evitando a celebração pelas partes de uma convenção nula ou anulável, como nos casos de abuso de cláusula ou vulnerabilidade do agente.

Ademais, como há a prerrogativa das partes realizarem convenções sem a participação do juízo, plausível é que se entenda pela possibilidade de os negócios processuais serem realizados com a participação do órgão jurisdicional, afinal, conforme o antigo brocado *in eo quod plus est semper inest et minus*, quem pode mais, pode menos.

Ainda, pode a celebração de negócios jurídicos plurilaterais apresentar hipótese já prevista na norma, como no caso da calendarização processual. Nessa negociação processual típica e plurilateral, segundo o preceituado pelo art. 191 do atual Código de Processo Civil, podem o juiz e as partes, de comum acordo, elaborar cronograma de forma a organizar previamente os momentos de ocorrência dos atos e prazos processual, objetivando a solução do litígio de forma individualizada, considerando as peculiaridades da causa.

A calendarização processual possibilita que os sujeitos envolvidos tenham prévio conhecimento do tempo que o processo demandará para ser solucionado com a efetiva entrega da tutela jurisdicional, fator, este, de suma importância no atual cenário processual brasileiro, visto que, o volume de processos encontrados no poder judiciário acarreta em um abarrotamento da máquina judicial.

Com a possibilidade de se organizar cronologicamente a sequência de atos do trâmite processual, plausível concluir que a entrega da tutela jurisdicional se dará se forma mais segura e eficaz, visto que a durabilidade do processo já está prevista, evitando-se que ocorra situações onde ao tempo da solução do litígio, não há mais interesse por uma ou ambas as partes em receberem uma decisão meritória, visto que poderá ter perdido sua eficácia.

Para a fixação de prazos do calendário processual, faz-se necessário a participação de todos os interessados, não podendo o juiz estabelecer os prazos processuais de maneira unilateral, já que se trata de uma convenção plurilateral, onde a manifestação de vontade de todos os sujeitos revela-se indispensável. Além disso,

as partes não são obrigadas a realizarem qualquer negociação processual e somente o farão se forem auferir algum ganho com isso. De fato, esta é uma prerrogativa das partes e dos advogados. De igual sorte, o magistrado não é obrigado a sentenciar se não estiver confortável com instrução realizada de forma consensual. (AZEVEDO, 2017)

Inconcebível a hipótese em que o magistrado impõe determinada situação, de

maneira forçada, que tenha a capacidade de vincular os sujeitos do processo, sem respeitar o consagrado princípio do contraditório e a manifestação de vontade das partes.

Em outras palavras, tem-se que

o calendário é sempre negocial; não pode ser imposto pelo juiz. Trata-se de negócios jurídico processual plurilateral, havendo a necessidade de acordo de, pelo menos, três vontades: a do autor, a do réu e a do juiz. Se houver intervenientes, estes também devem integrar o negócio processual que fixa o calendário. (CUNHA 2015, p. 52)

Em relação ao elemento temporal para o estabelecimento de calendário processual, entende-se pela sua realização incidental ao processo, dada a necessidade de participação do magistrado. Assim, após o início do processo, a calendarização pode se dar a qualquer momento, sendo, no entanto, a audiência inicial de conciliação o momento mais propício para se elaborar o calendário processual, visto que ao tempo da audiência há a tentativa de se solucionar o litígio, e caso não seja possível, ajustar o procedimento. Nesse sentido, o enunciado n. 299 do FPPC “juiz pode designar audiência também (ou só) com objetivo de ajustar com as partes a fixação de calendário para fase de instrução e decisão”.

Conforme os parágrafos §§1º e 2º do art. 191 do Código de Processo Civil<sup>10</sup>, com a elaboração do calendário processual, as partes e o juiz encontram-se vinculados aos termos da convenção, apenas se aceitando a alteração dos prazos previstos com justa motivação e em casos excepcionais, além de ocorrer a dispensa de intimação das partes para a prática de atos processuais ou até mesmo para a realização de audiências, desde que tenham sido designados no calendário pactuado.

Caso o magistrado vislumbre a necessidade de se realizar uma revisão do calendário elaborado, poderá fazê-lo, desde que fundamente a adequação pretendida e respeite o contraditório.

Ainda no contexto de calendarização dos atos procedimentais, surge a indagação a respeito da possibilidade de inclusão da sentença nos prazos previstos no cronograma processual, já que este permite às partes terem conhecimento sobre o tempo de início, duração e fim do processo.

No entanto, ocorre que o art. 12<sup>11</sup> do Código de Processo Civil preceitua, realizando

<sup>10</sup> Art. 191, §§1º e 2º, do Código de Processo Civil, *in verbis*: “O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados”, “Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário”.

<sup>11</sup> Art. 12, *caput*, do Código de Processo Civil de 2015, *in verbis*: “Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão”.

algumas ressalvas, uma ordem cronológica a ser seguida para o proferimento de sentença ou acórdão. Ainda há, no §1º do referido dispositivo, a previsão de disponibilidade pública de lista contendo os processos aptos a julgamento.

Assim, diante da existência de previsão normativa dispondo sobre o momento de proferimento de decisão, seja sentença ou acórdão, a possibilidade de convenção processual sobre o tempo de prolação da decisão revela-se no mínimo delicada. Ressalta-se que convenção processual não acarretar em lesões para terceiros.

Ainda assim, segundo as conclusões de Leonardo Carneiro da Cunha (2014, p. 24) vislumbra-se a possibilidade de compatibilizar da imposição normativa com a realização de calendarização processual englobando o proferimento da sentença, podendo ocorrer de duas maneiras

(a) ou bem se entende que a sentença não é ato que possa ser inserido no calendário processual; (b) ou, no calendário, fica estabelecido que a sentença será proferida em audiência especificamente designada para tanto, com sua data já fixada no próprio calendário. É que a sentença proferida em audiência exclui-se da ordem cronológica (NCPC, art. 12, § 2º, I).

Diante desse entendimento, ou a sentença fica impossibilitada de ser inserida no calendário processual fixado pelas partes com a participação do órgão jurisdicional, ou haverá a designação de audiência específica para a prolação da decisão, uma vez que essa hipótese encontra-se prevista no rol de situações excluídas da regra contida no *caput* do art. 12 da carta processual, a qual prevê a ordem cronológica de conclusão para prolação de decisão.

Por outro lado, como o desrespeito à imposição legal da ordem cronológica, por meio da calendarização do momento da sentença, não prejudica as partes convencionantes, não haveria muito espaço para se falar em nulidade da fixação do calendário.

Na realidade, o prejuízo será suportado pelo terceiro que contava com seu processo em posição prioritária na lista para julgamento, e como esse estranho à lide dos sujeitos negociantes não apresenta interesse jurídico pelo prejuízo sofrido, não se vislumbra justificativa para que valide recurso de terceiro para invalidar a calendarização processual. Assim, resta ao terceiro prejudicado a opção de representar, perante o Conselho Nacional de Justiça ou o Tribunal, ao qual esteja vinculado o magistrado que tenha desobedecido comando existente na legislação.

Para Didier (2017, p. 169) ainda

é possível, porém, cogitar a possibilidade de uma das partes, certamente a prejudicada com a decisão, suscitar que o desrespeito à ordem cronológica leva ao reconhecimento da suspeição do juiz que proferiu a decisão (art. 145, IV, CPC). Não nos parece possível dizer que esse desrespeito leve, por si, à suspeição; mas ele pode ser considerado um indício de suspeição. Reconhecida a suspeição, a decisão proferida seria nula, por esse motivo, não pelo desrespeito à ordem cronológica [art. 146, § 6º, CPC).

Por fim, percebe-se que algumas nuances das inovações inauguradas pelo Código de Processo Civil de 2015 ainda demandam um pouco de atenção e ajustes a serem alcançados com as recorrentes aplicações destes institutos e pacificação de entendimento a ser feito pela jurisprudência dos tribunais e doutrinária.

## CONCLUSÃO

Devido as mudanças experimentadas pela sociedade, as inovações apresentadas no Código de Processo Civil de 2015, almejando alcançar soluções mais consensuais para os conflitos, revelaram-se inevitáveis. Não há como negar que o ordenamento jurídico, atualmente, é demandado pela sociedade de forma distinta ao que era dezenas de anos atrás, isso porque as necessidades sociais se alteram com a evolução do tempo.

A nova codificação processual se apresenta como símbolo de aperfeiçoamento do cenário jurídico frente ao imprescindível progresso da sociedade, marcado pela busca de instrumentos que assistam a entrega da tutela jurisdicional ao cidadão de forma mais eficiente, com respeito ao prazo razoável do processo, ao contraditório e a todos os demais preceitos fundamentais inerentes ao exercício da jurisdição.

É exatamente nesse contexto de modernização e adaptação as necessidades sociais que o Código de Processo Civil repaginou os negócios jurídicos processuais típicos já existentes ao tempo do *códex* de 1973, e inovou com a previsão de convenções processuais atípicas, ou seja, que não encontram prévia fixação, no ordenamento processual, da adaptação a ser convencionada no processo. Essa concessão de ampla liberdade para as partes celebrarem negócios processuais atípicos com poder de regular ou modificar o procedimento, manifesta-se como fruto da cláusula geral de negociação processual, consagrada no *caput* do 190 da atual codificação.

A previsão expressa na carta processual de normas fundamentais do processo é outro acolhimento importante no atual cenário processual. Elementos como razoabilidade do prazo para entrega da tutela jurisdicional e cooperação entre os sujeitos da relação encontram-se consagrados como princípios no texto do Código de Processo Civil. Assim, a cooperação passa a ser dever dentro do processo, vinculando partes e juízo, o esforço conjunto para que se obtenha decisão de mérito justa e efetiva, em tempo razoável.

Por força do princípio da cooperação em conjunto com a cláusula geral de negociação processual, vislumbra-se a possibilidade, do órgão jurisdicional ultrapassar o papel de protagonista do processo, e buscar soluções que melhor satisfaçam a pretensão dos sujeitos em conjunto com estes, ou seja, magistrado e partes, trabalhando em comum esforço para se alcançar decisão meritória eficiente.

Ainda, revela-se possível situações nas quais o juiz celebre convenções sobre o processo com as partes, como no caso da calendarização processual e no acordo sobre alteração de tempo disponível para a realização de sustentação oral. Ressalta-se que as

convenções processuais realizadas com a participação do órgão jurisdicional podem versar, ou não, sobre situações com previa estipulação normativa.

A atuação do magistrado nesse cenário de convenções processuais também está relacionada ao controle de validade das negociações realizadas pelas partes, uma vez que há pressupostos a serem preenchidos para que a convenção seja válida. Assim, de acordo com o parágrafo único do art. 190 do Código de Processo Civil, no caso de um dos sujeitos figurar-se em manifesta situação de vulnerabilidade, pode o juiz, de ofício, recusar a aplicação dos termos acordados. O mesmo ocorrerá nas situações de nulidade da convenção ou inserção de cláusula abusiva.

Desta forma, percebe-se que as inovações acolhidas pelo novo *códex* processual não representam total e irrestrita abertura do processo, mas sim uma necessária adaptação às necessidades sociais, capazes de produzirem resultados satisfatórios aos jurisdicionados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

AVELINO, Murilo Teixeira. **A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais**. Revista de Processo: RePro, São Paulo, v. 40, n. 246, p. 219-238, ago. 2015.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Processo de conhecimento**. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: RT, 2014, n.8.

AZEVEDO, André Gomma de. **Colaboração processual exige distanciamento de paixões pessoais**. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-29/andre-gomma-consensualismo-exige-distanciamento-paixoes-pessoais>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Nulidade processual e instrumentalidade do processo**. Revista de Processo, São Paulo, ano 15, n. 60, p. 31-39, outubro/dezembro 1990.

BRAGA, Paula Sarno. **Primeiras reflexões sobre uma teoria do fato jurídico processual: plano de existência**. Revista de Processo: RePro, São Paulo, v. 32, n. 148, p. 293-320, jun. 2007.

BRASIL. **Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil de 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm). Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 jun. 2018.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. v. 1.. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. 3. Tradução Paolo Capittanio. Campinas: Bookseller, 1998.

CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER Jr., Fredie. **Agravo de instrumento contra decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento**. Revista de Processo: RePro, São Paulo, v. 40, n. 242, p. 273-282, abr. 2015.

DIDIER Jr., Fredie. **Apontamentos para a concretização do princípio da eficiência do processo**. 2013. Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/soltas%20novas%20tendencias%20do%20processo%20civil.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 17. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Processual Civil**. v. 1. 12. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2010.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 19. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2017.

DIDIER Jr., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Teoria dos fatos jurídicos processuais**. 2. ed. Salvador: Jus Podivm, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil. III**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado: Parte Geral**. Campinas: Bookseller Editora, 1999.

MITIDIERO, Daniel Francisco. **Comentários ao Código de Processo Civil**. t. 2. São Paulo: Memória Jurídica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Colaboração no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2011.

\_\_\_\_\_. **Bases para a Construção de um Processo Civil Cooperativo: O Direito Processual Civil no Marco Teórico do Formalismo Valorativo**. 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13221/000642773.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MITIDIERO Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Código de processo Civil comentado**. São Paulo: RT, 2015.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Convenções das partes sobre matéria processual**. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa (Org.) *Temas de Direito Processual: Terceira Série*. São Paulo Saraiva, 1984.

PASSOS, J. J. Calmon de. **Esboço de uma Teoria das Nulidades Aplicada às Nulidades Processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

REDONDO, Bruno Garcia. **Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015**. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 149, ago. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/15309740/Neg%C3%B3cios\\_processuais\\_necessidade\\_de\\_rompimento\\_radical\\_com\\_o\\_sistema\\_do\\_CPC\\_1973\\_para\\_a\\_adequada\\_compreens%C3%A3o\\_da\\_inova%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_CPC\\_2015](https://www.academia.edu/15309740/Neg%C3%B3cios_processuais_necessidade_de_rompimento_radical_com_o_sistema_do_CPC_1973_para_a_adequada_compreens%C3%A3o_da_inova%C3%A7%C3%A3o_do_CPC_2015). Acesso em: 10 jun. 2018.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, 1: Lei de introdução e parte geral**. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era?** In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coord.). *Negócios processuais*. Jus podivm, 2015.